

7R9



Exmo. Sr. Presidente da Câmara Especializada do Conselho Estadual de
Política Ambiental (COPAM) de Minas Gerais.



INDÚSTRIA

METALÚRGICA

MORATORI LTDA., empresa sediada na Rua Carlos Alberto da Silveira, nº 75 e 95, Bairro Nova Era, na cidade de Juiz de Fora/MG, CEP.: 36.087-250, por seu representante legal abaixo assinado, tendo sido notificada das penalidades aplicadas pela Câmara de Poluição Ambiental (COPAM), que analisou o processo Administrativo **COPAM/SE/PA/Nº 309/2001**, vem, com respeito e acatamento, à presença deste presidente, baseado no art. 32, do Decreto 39.424/98, **REQUERER A RECONSIDERAÇÃO DA PENA** aplicada pelo COPAM, e o faz pelos motivos de fatos e de direito a seguir expostos:

PRELIMINARMENTE, a empresa, ora autuada, levanta sua condição de **PRIMÁRIA**, eis que é a primeira vez que é autuada por esse digno órgão.

O esclarecimento se faz necessário, tendo em vista a presente autuação e que verificou as irregularidades apontadas no auto

DINE

R068159/2008

NAI



de infração nº 309/2001, culminando nas penalidades aplicadas por este digno Órgão.

Mister salientar, que em momento algum houve a vontade concreta de fraudar a nossa legislação em vigor.

I – DA AUTUAÇÃO

A empresa, face ao auto de infração nº 03377/2005, foi autuada pelo agente credenciado do órgão seccional de apoio ao COPAM, com base no art. 19, § 3º, item 2, do Decreto nº 39.424 de 05/02/98, que altera e consolida o Decreto 21.228 de 10/03/81, que regulamenta a Lei Estadual nº 7.772, de 08/09/80, por Descumprimento das condicionantes da Licença de Operação concedida à empresa, e conseqüentemente, o Termo de Ajustamento de Conduta firmado pela Indústria Metalúrgica Moratori Ltda, perante a FEAM e o COPAM.

II – DO PRAZO

Considerando o disposto no artigo 25 do Decreto 21.228/81, alterado pelo Decreto nº 39.424/98, o autuado dispõe do prazo de 20 (vinte) dias para apresentar o pedido de RECONSIDERAÇÃO DA PENA, contados a partir do recebimento da notificação da Autuação. Assim, a empresa recebeu a notificação da autuação em 27/05/2008, pelo seu representante legal, iniciando, portanto, o início de seu prazo em 28/05/2008 e seu término em 16/06/2008.

III – DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

Vale ressaltar que a empresa autuada possui a licença de Operação e que todas as condicionantes foram religiosamente cumpridas, possuindo a Estação de Tratamento de efluentes líquidos em pleno funcionamento, conforme foi constatado pela fiscalização realizada. Portanto, todas as fases exigidas por este órgão foram concluídas com sucesso.



IV – DA DEFESA

Inicialmente, vale repetir, podemos verificar que a empresa autuada cumpriu todas as exigências constantes nas condicionantes da Licença de Operação, conforme protocolos existentes na FEAM.

No auto de fiscalização de nº 003462 (doc. Anexo) ficou constatado que a nossa empresa vem operando com cerca de 20% de sua capacidade em função da retração comercial, diminuindo de forma expressiva o número de empregados, na época com 56 empregados e atualmente com 42 empregados, conforme pode ser comprovado através da vistoria “in locu” pelo fiscal, o que comprova que a capacidade de poluir da empresa autuada (efluentes sanitários) também foi diminuída.

Na mesma fiscalização, ficou constatado que nossa empresa havia concluído a instalação da ETE, e que estaria começando a fazer o monitoramento dos efluentes industriais. Quanto aos efluentes líquidos sanitários, no referido auto de fiscalização, ficou determinado que a empresa comprovasse que no Bairro Barbosa Lage estaria sendo construída uma Estação de Tratamento de Esgoto e que o Esgoto da Metalúrgica seria tratado em sua ETE, isto num prazo de 30 (trinta) dias.

Ao contrário do que afirma a fiscalização no auto de infração de nº 004304, nossa empresa informou aos técnicos do FEAM, dentro do prazo estipulado, que a referida ETE está em construção e que o Esgoto de nossa empresa será tratado por esta ETE, conforme faz provas a declaração e cópia do ofício enviado para a FEAM dentro do prazo estipulado naquela fiscalização (docs. anexos). Assim, não possui razão o digno fiscal ao informar que a empresa não cumpriu o determinado no auto de fiscalização, não fazendo sentido a presente autuação.

Está comprovado através das declarações do CESAMA que será construída uma ETE no Bairro Barbosa Lage, e que o esgoto de nossa empresa será tratado nesta ETE. Com todo o respeito a lei ambiental e este digno órgão que é o responsável por seu cumprimento, é inconcebível que nossa empresa seja obrigada a investir na construção de



uma ETE para o tratamento de Efluentes líquidos Sanitário sendo que no Bairro será construído uma ETE pela Prefeitura para fazer tal Tratamento do Esgoto Sanitário do Bairro, posto que conforme declaração enviada para o FEAM o Esgoto sanitário da empresa será tratado nesta ETE. Assim, o presente auto de infração deverá ser desconsiderado sendo o mesmo arquivado.

A empresa autuada enfrenta discordância do órgão responsável pela coleta do esgoto sanitário na cidade de Juiz de Fora, sobre a forma de tratamento e a recepção do esgoto tratado, havendo um conflito nas legislações Municipais, Estaduais e Federais. A Lei Municipal de nº 1962/63 em seu artigo 239, obriga a todas as pessoas a lançarem os esgotos na rede, ao dizer: *“Art. 239 — Nos logradouros onde houver rede, e obrigatório o lançamento dos esgotos a mesma, não sendo permitida a manutenção, construção ou conservação de fossas.”*

A Lei Federal de nº 11.445 de 05/01/2007, em seu artigo 45, também obriga a empresa a conectar às redes públicas de abastecimento de água e de esgoto sanitário, somente permitindo soluções individuais no caso de ausência de saneamento básico, o que impede a empresa de cumprir o determinado na TAC celebrado. Assim, nossa empresa esbarrou nas normas legais para a construção da ETC para tratamento de esgoto sanitário, não podendo ser penalizada.

Por outro lado, podemos verificar que nossa empresa vem fazendo o monitoramento, e enviando o relatório bimestralmente para a FEAM, conforme foi determinado nas condicionantes da Licença de Operação (LO), e, reduzindo a zero os resíduos expostos na natureza.

Desta forma, está provado que a empresa não descumpriu as condicionantes da licença de Operação (LO), ficando o prazo para a construção da ETE, onde irá tratar os efluentes sanitários, prorrogado assim, e ficando condicionado a construção da ETE no Bairro Barbosa Lage, posto que os efluentes líquidos sanitários da empresa serão tratados nesta ETE, conforme comprova as declarações anexas e que já foram enviadas para



o FEAM, documentos também anexos, portanto a presente autuação merece ser descaracterizada.

Nossa legislação vigente, é clara no sentido de que as penalidades aplicadas devem seguir os itens estipulados no art. 18, e seus incisos do Decreto 21.228 de 10/03/81, que fixam as penalidades a serem aplicadas aos infratores, sendo as penalidades progressivas e dependendo de diversos fatores e condições das infrações cometidas pelas empresas. Vale notar que a empresa foi autuada na vigência do D. 21.228/81, e, portanto, deve ser aplicado, SE FOR O CASO, as penalidades descritas naquela Lei. Desta forma, como nossa empresa é **PRIMÁRIA**, a penalidade que nos foi aplicada extrapolou os limites e condições da referida legislação. Desta forma, a penalidade aplicada em nossa Empresa deve estar contida dentro do **inciso "I" do referido art. 18 do Decreto 21.228/81**, ou seja, **A APLICAÇÃO DA ADVERTÊNCIA SOBRE AS IRREGULARIDADES ENCONTRADAS E SUA PRONTA REGULARIZAÇÃO.**

Ainda sobre as penalidades aplicadas à nossa Empresa, esta não condiz com a realidade dos fatos apresentados, e muito menos com a exegese de nossa legislação, posto que, este digno Órgão aplicou uma penalidade que não condiz com a aplicação gradual estipulado por nossa legislação, indo de encontro a esta, o que deverá ser corrigido.

Assim, a Câmara de Poluição Industrial ao fazer a aplicação da penalidade de nossa empresa, não levou em consideração as circunstâncias atenuantes e nem aos bons antecedentes de nossa empresa, o que ocasionou uma penalização excessiva e que deverá ser corrigido por esta presidência.

Vale repetir, a penalidade aplicada por este digno Órgão em nossa Empresa foi excessiva, levando-se em conta que nunca sofremos qualquer tipo de autuação. Assim, requer desde já, que a **multa seja reconsiderada** e a penalidade aplicada seja **transformadas em advertência**, conforme determina a legislação em vigor.

Diante do exposto, é a presente autuação e aplicação da multa de rasa **IMPROCEDÊNCIA**, posto que encontra-se fora



dos ditames legais. Assim, a empresa atuada vem requerer ao Presidente da Câmara Especializada, estribado no art. 18 do decreto nº 21.228/81, a **RECONSIDERAÇÃO DA PENA**, requerendo também a suspensão da cobrança das referidas multas, posto que, está sendo juntado o termo de compromisso exigido por Lei.

Termos em que,

Pede deferimento.

Juiz de Fora, 09 de junho de 2008.


INDÚSTRIA METALÚRGICA MORATORI LTDA.